

Descobrimientos portugueses: Não se corrigem imaginários

*João Vicente Ganzarolli de Oliveira**

“Onde a terra se acaba e o mar começa”¹: adaptado por Fernando Pessoa, parodiado por Almeida Garret e José Saramago, o verso da 20^a estância do canto III d’*Os Lusíadas* congrega um vasto potencial interpretativo. Mas sendo tão ampla e eficiente a bibliografia relativa aos Descobrimientos portugueses, tema deste artigo, é difícil evitar a repetição de argumentos e idéias já muito conhecidas, caindo naqueles lugares-comuns que em nada colaboram com a cultura. Decidi correr o risco, escolhendo abordar alguns aspectos do imaginário que subjaz a este fenômeno histórico ímpar que foram os Descobrimientos portugueses. Dizendo imaginário, evoco naturalmente o ficcional, essa transfiguração da realidade que alimenta não só a literatura, mas também todas as outras modalidades artísticas. E sendo a ficção a contraface natural da realidade concreta, é de se esperar que, quando se fala de uma, a outra também se faça presente, nem que seja de modo subliminar.

Voltemos a Camões. Sua epopéia não narra especificamente a história deste ou daquele herói, procedimento que a distancia dos modelos tradicionais do gênero. O protagonista do poema é a própria nação portuguesa. Para Camões, a aventura lusitana em águas africanas e asiáticas é superior tanto às epopéias fabulosas (Ulisses e Enéias) quanto às históricas (Alexandre e Trajano).² As navegações ibéricas abrem caminho para que o homem tenha, pela primeira vez, uma visão satisfatória do contorno das terras habitadas. Os Descobrimientos inauguram o que viria a ser a história efetivamente mundial, muito embora os próprios descobridores tivessem pouca ou nenhuma consciência disso. Nos dois séculos que caracterizam as Grandes Navegações, a visão do mundo transforma-se, para o homem europeu, com maior rapidez e intensidade do que em qualquer outra época da história.

* Professor Doutor do Deptº de História e Teoria da Arte da Escola de Belas-Artes da UFRJ

¹ Luis de Camões. *Os Lusíadas*. Lisboa: Livraria Clássica, 1915, III, 20, 3.

² Cf. Idem. I, 3, 1 a 8.

Sendo o tema tão amplo, centralizo temporalmente a abordagem no período histórico que precede imediatamente as grandes travessias oceânicas do fim do século XV e do início do século XVI. É um recurso que favorece a precisão expositiva, ao mesmo tempo em que me preserva de eventuais dispersões temáticas. O que não impede, porém, o estabelecimento de relações entre o período priorizado e acontecimentos atuais. Serve de exemplo a situação trágica dos timorenses face às agressões realizadas pela Indonésia nas últimas décadas. Ex-colônia portuguesa, conquistada em princípios do século XVI, a ilha asiática de Timor Leste foi invadida e integrada à Indonésia em 1975. Há poucos anos, vivendo na Austrália, o timorense José Ramos Horta, premiado com o Nobel da Paz e paladino da causa de libertação, expôs com precisão e coragem os horrores sofridos por seu povo:

De uma população de 700 mil em 1974, morreram 200 mil só nos primeiros três anos de guerra. Hoje o número de vítimas pode chegar a 300 mil. Não sabemos o total. Temos medo de contar, de chegar a essa realidade.³

O evento timorense enquadra-se nas resultantes históricas dos encontros e choques culturais que se originam com os Descobrimentos portugueses e seguem vigorando através dos séculos. A própria rejeição da realidade não deixa de ser um dado evocativo. Pois, como se sabe, a Era dos Descobrimentos surge a partir de mitos e fábulas cultivados desde os tempos antigos. O feito extraordinário de Colombo tem seus precedentes no imaginário medieval. Poucos séculos antes das grandes navegações empreendidas pelos povos ibéricos, prevalecia a idéia de que o Oceano Atlântico seria um mar tenebroso, repleto de perigos de toda espécie. Gibraltar, por sua vez, era um “ponto além do qual não havia notícia de terras habitadas”, conforme dissera o geógrafo marroquino Al Idrisi na Baixa Idade Média.⁴

Para os moldes medievais, em regra não havia o que descobrir no além-mar – sempre lembrando que *descobrir* implica trazer à luz o que é desconhecido ou que, de alguma forma, se acha oculto em relação a um agente externo; trata da revelação de algo cuja existência antecede a do observador.⁵ Sob esse aspecto, as terras brasileiras e certas ilhas do Atlântico são as que cabem melhor nesse perímetro semântico. Era uma ambiência geográfica totalmente nova para a cosmovisão

³ Apud Flávia Selkes. *Jornal do Brasil*, 17/11/1996, p. 30.

⁴ *Geogr.*, I, 1.

⁵ Cf. *Ezech.* 22, 10; *Levit.* 8, 7.

européia do fim da Idade Média e do início da Era Moderna. Já a conquista do litoral africano e, a seguir, de localidades do interior da África, não se configuravam tanto como um ato de descobrir, constituindo mais uma ampliação de conhecimentos acerca de um continente cujo contorno setentrional já era familiar aos europeus. De modo análogo, a chegada dos portugueses às praias indianas e chinesas tampouco foi um *descobrimento*, pois já se sabia na Europa da existência de tais localidades e os lusitanos não eram os primeiros europeus a lá chegarem. Entretanto, não deixa de haver um caráter de *descoberta* em todo o processo de expansão marítima de Portugal, seja nas novíssimas praias brasileiras ou nas antiqüíssimas cidades litorâneas da Índia. Todas essas terras mostravam-se aos portugueses como partes de um mundo novo, sempre maior em terras e em mares.

No que se refere ao ressurgimento das cidades, fenômeno que tão profundamente marca a Baixa Idade Média, a Península Ibérica apresenta algumas particularidades. A ampliação do comércio se dá em simultaneidade com a progressiva anexação dos territórios que os mouros haviam conquistado aos visigodos no século VIII. O período de hegemonia muçulmana trouxera às terras peninsulares cidades florescentes; em Córdoba, os habitantes desfrutavam de um padrão civilizatório superior ao que havia nos centros urbanos da Cristandade medieval, exceção feita a Constantinopla, naturalmente. A Ibérica maometana constituía um território altamente civilizado, no sentido europeu da palavra, para o estabelecimento daqueles que viriam a ser os portugueses e os espanhóis.

No extremo oeste da Península, os cristãos vitoriosos logram, no século XII, atingir uma unidade política suficiente forte para fechar em definitivo os limites territoriais das terras conquistadas. Nasce Portugal, primeira nação européia, protagonista, juntamente com a Espanha, do fenômeno histórico a que chamamos Descobrimientos. Lançando-se a desbravar novas terras, através da exploração marítima do Atlântico e do Mediterrâneo ocidental, os lusitanos mantêm a mesma mentalidade que norteara os feitos heróicos dos séculos da Reconquista. O maometano é o inimigo imediato, porta-voz espontâneo da diferença. Esse *outro* é também o rival por excelência na navegação e no conseqüente domínio político-religioso do mundo conhecido e a conhecer. O que os portugueses esperavam encontrar em terras não européias? Ainda que muitas vezes fictícias, existiam noções referentes à configuração das terras africanas e asiáticas e dos seus habitantes. Na verdade, o grande choque cultural para os portugueses dá-se no encontro com os nativos das terras brasileiras, lugar que já se encontrava presente no imaginário lusitano desde a Idade Média.

O relacionamento entre os ibéricos e os autóctones das terras descobertas é freqüentemente pontuado pela fantasia, permitindo assim que prevaleça a rubrica do imaginário sobre a do racional. Nos Andes e no México, os espanhóis foram

inicialmente tidos como deuses pelos autóctones: Pizarro evocava o personagem Viracocha para os incas da mesma forma como os astecas confundiram Cortês com Quetzalcóatl. Tão logo se adentram nas terras mexicanas, eles pensam ver mesquitas onde vêem templos astecas e acreditam estar ouvindo o árabe quando o que ouvem é o *náuatl*. Não há fronteiras nítidas entre o real e o imaginário. O mesmo se verifica entre os portugueses que participam diretamente do processo de expansão marítima da Europa. Tão grande era a expectativa de encontrar cristãos em terras orientais que Vasco da Gama e seus comandados confundem os ritos hindus vistos em Calicute com uma suposta versão desconhecida do cristianismo implantado na Índia pelo apóstolo São Tomé, conforme dizia a tradição. Logo que depara com as primeiras amostras das imensas terras brasileiras, Pedro Álvares Cabral revela-se tributário das mesmas concepções dos espanhóis face à alteridade sem precedentes encontrada nas diferentes regiões do Novo Mundo:

Ao lançar âncora por alguns dias em seu “porto seguro” (próximo da atual cidade do mesmo nome), em frente do qual surgiam algumas ilhas, uma delas nomeada por ele Vera Cruz, Cabral não estava completamente certo de não se encontrar em alguma obscura praia asiática. Chegou até a instruir um intérprete para que se dirigisse em árabe aos nativos, índios tupiniquins, que o escutaram perplexos. Não obstante, logo se convenceu, após ter escutado o parecer dos seus oficiais, Pero Vaz de Caminha e mestre João, o Cosmógrafo, de que entre a Europa e a Ásia havia uma grande massa de terra.⁶

Note-se aqui a originalidade da atitude portuguesa face à de Colombo, que, até o fim da vida, em 1506, insistiu em afirmar que as terras às quais chegara de forma pioneira não pertenciam a um novo continente; constituiriam, isto sim, um prolongamento do território asiático em sua porção mais oriental. Até mesmo o excelente mapa de Juan de La Cosa, de 1500 – já atualizado em relação ao descobrimento de Cabral, à chegada de Cabot ao Canadá e à descoberta do caminho marítimo para as índias por Vasco da Gama –, incorre em equívoco igual ao de Colombo. Somente no ano seguinte à morte do Almirante surge na Europa o primeiro mapa em que a *quarta pars* do mundo habitado figura como uma massa continental

⁶ Luis Weckmann. *La herencia medieval del Brasil*, México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 23.

propriamente dita e não mais como uma grande península asiática.⁷

Centrada no mundo mediterrâneo, a civilização ocidental raras vezes se aventurou além dos limites naturais impostos pelo Estreito de Gibraltar antes do século XV. Mito e história se entrecruzam nos périplos do cartaginês Hannon ao longo do litoral africano (séc. VI a. C.), do irlandês São Brendano em busca do paraíso terrestre através do Atlântico (séc. VI d. C.) e dos *vikings* rumo à Groenlândia e ao Canadá (séc. X). Período híbrido, situado cronologicamente entre a Idade Média e a Era Moderna, os séculos XV e XVI não se distinguem apenas pela maturação do conhecimento técnico medieval e pela divulgação em grande escala dos textos clássicos: gradativamente a geografia imaginária dá lugar à científica; tem o início a expansão marítima europeia em grande escala.

Muitos são os fatores que favorecem o papel preponderante desempenhado pelos portugueses e espanhóis nesse processo. O bloqueio muçulmano que se impõe às vias culturais milenares com o Oriente estimulava a procura por uma nova rota de intercâmbio. Sob esse aspecto, a situação geográfica de Portugal era um convite irrecusável à exploração oceânica:

Eis aqui, quási cume da cabeça
De Europa toda, o reino lusitano;
Onde a terra se acaba e o mar começa,
E onde Febo [o sol] repousa no oceano.⁸

Na Idade Média, ao mesmo tempo em que conquistavam aos maometanos o antigo território visigótico, os portugueses absorviam elementos da sua cultura, tradicionalmente comercial e marítima; refiro-me aqui em especial a instrumentos básicos para a navegação transoceânica, tais como o astrolábio e as tábuas astronômicas. Durante o milênio medieval, mitos e lendas misturavam-se aos escassos conhecimentos geográficos oriundos dos relatos de mercadores (dos quais Marco Polo constitui o representante mais expressivo), e também dos sábios da

⁷ Também é importante destacar que, para a confecção do célebre mapa-múndi de 1507, o cosmógrafo Martin Walseemüller tem como fonte inspiradora a viagem de Américo Vesúcio, que, em 1501, havia embarcado rumo ao Novo Mundo em nome da coroa portuguesa, percorrendo, ao que parece, o litoral brasileiro até o estuário do Rio da Prata. Em homenagem ao navegador italiano, que, como resultado das suas observações durante a expedição exploratória, abraçou a tese de que as terras em questão pertenciam a um novo e desconhecido continente, Waldseemüller nomeia América a essa quarta parte do mundo que se interpunha entre a extremidade ocidental da Europa e a oriental da Ásia (cf. Stefan Zweig. *Américo. Uma comédia de erros na História*, Rio de Janeiro: Guanabara, 1943, pp. 46 e 47; et passim).

⁸ Luis de Camões. *Os Lusíadas*, op. cit., III, 20, 1 a 4.

Antigüidade. Opondo-se à geografia grega, prevalecia a crença de que a Terra seria plana e circular. Espelhando o dogma da Santíssima Trindade, o círculo representativo do mundo se achava dividido em três partes: a Europa, a Ásia e a África. A essa tríade continental correspondia de forma biunívoca uma geografia humana de cunho bíblico, baseada nas diferentes linhagens nascidas dos filhos de Noé: aos descendentes de Jafet, caberia habitar a Europa; a estirpe de Sem ocuparia a Ásia; os que nascessem de Cam, estes viveriam na África.⁹

Reconquistadas aos mouros, as terras portuguesas seriam as primeiras da Europa a ter seus limites territoriais estabelecidos de forma definitiva. Estreito face à Espanha imensa e circundante, o jovem país, *finis terrae* desta península asiática que é a Europa, identifica-se espontaneamente com o espaço marítimo, ambiência geográfica em que as fronteiras se vêem abolidas e onde o encontro com o desconhecido atrai mais do que amedronta. O ano de 1492 remete-nos a dois fatos essenciais para a compreensão da história moderna da Península Ibérica: a queda de Granada, último baluarte mouro na Andaluzia; a descoberta de um quarto continente pelo genovês Cristóvão Colombo, navegante ao serviço de Castela e Aragão. Detenhamo-nos nesse último fato. Diferentemente do que pensavam os medievais, não havia monstros e nem abismos além da linha do horizonte crepuscular. A viagem do Almirante o provara. Navegar para oeste, ultrapassando os limites da zona mediterrânea e ingressando no mar tenebroso, escudava-se na convicção de que a esfericidade terrestre era um fato; implicava apostar no invisível e opor-se aos dados sensíveis – pois aos olhos a Terra mostra-se plana. A geografia da Idade Média, predominantemente simbólica e bidimensional, cedia lugar a uma visão objetiva do espaço terrestre e do próprio cosmos como um todo.

Motivos múltiplos podem explicar o processo lusitano de conquista pioneira de territórios além-mar. Convivem no mesmo contexto histórico o ideal cristão de evangelização, o espírito medieval de cruzada contra os infiéis, o desejo de ampliação de conhecimentos, a busca de glória nos âmbitos político e militar, a tentativa de enriquecimento em terras situadas além dos limites estreitos de Portugal. Entre os séculos XIII e XIV aperfeiçoaram-se as técnicas navais. Além da bússola, invenção chinesa (?) que se torna conhecida na Europa do fim da Idade Média, os navegantes portugueses passam a utilizar o quadrante e o astrolábio, permitindo-lhes saber, nos hemisférios, a distância entre a embarcação e o ponto de partida. A bússola possibilita fixar a direção dos navios em alto mar e deste modo determinar uma rota marítima de considerável extensão; é

⁹ Ver a esse respeito • Enrique Martínez López. *Tablero de Ajedrez. Imágenes del negro heróico en la comedia española y en la literatura e iconografía del Brasil esclavista*, Paris: Calouste Gulbenkian, 1998, p. 79 et passim.

inventado o leme central fixado ao cadaste da popa em substituição aos lemes laterais, permitindo maior estabilidade; surgem os primeiros portulanos – cartas de marear – do Mediterrâneo, alguns representando já os contornos do litoral europeu e africano. Menos arriscadas e com embarcações de maior tonelagem, as navegações genovesas e venezianas alargam-se até portos de Flandres, com escalas na Ibéria, na França e na Inglaterra. O progresso técnico na arte de navegar revela-se um fator de importância vital para o ousado empreendimento lusitano. Conforme já foi dito, Portugal foi favorecido pela sua posição geográfica. Cercado integralmente pela Espanha a leste e ao norte, Portugal tem no mar a oeste seu elemento natural de expansão. Às portas da África e do Atlântico, Portugal fundamenta seus projetos de conquista nos alicerces da ciência. Cabe aqui o esclarecimento de Almirante Avelino Teixeira da Mota:

O desenvolvimento da construção naval, os progressos na arte de pilotar, que resultarão na navegação astronômica, o desenvolvimento da cartografia com a introdução de uma escala de latitudes, o estudo das melhores rotas em função dos ventos e corrente de cada zona, foram fatores que tornaram possível a criação de um sistema eficaz de navegação em alto mar no Oceano Atlântico, ao passo que no Mediterrâneo continuava-se a utilizar o antigo sistema de navegação costeira. Colombo entrou em cena quando meio século de progressos realizados por castelhanos e portugueses proporcionaram resultados espetaculares nesses diferentes campos, inaugurando o que se chamaria a era dos grandes descobrimentos oceânicos.¹⁰

Um prelúdio para os Descobrimientos portugueses já se manifesta no reinado de D. Dinis (1279-1325), através do desenvolvimento de rotas marítimas entre Portugal e o norte da Europa. Em 1341, sendo rei D. Afonso IV, redescobrem-se as Canárias (já visitadas pelos fenícios na antigüidade), marcando assim o início da expansão territorial para além do Estreito de Gibraltar. Ceuta, porta de três mundos (o mediterrâneo, o africano e o atlântico), cidade estratégica na rota das caravanas islâmicas que traziam ouro de Tumbuctu e ponto de encontro de mercadores orientais que levavam especiarias para o continente europeu, foi conquistada em 1415, tornando-se

¹⁰ Almirante Avelino Teixeira da Mota. “Cristóvão Colombo e os portugueses”, in *Lisboa Ultramarina. 1415 – 1580: A invenção do mundo pelos navegadores portugueses* (trad. Lucy Magalhães) Rio de Janeiro, Zahar, 1990, pp. 126 e 127.

o primeiro baluarte português em terras africanas. O espírito das Cruzadas, vivo no imaginário português, buscava uma forma de continuidade. É algo que se enraiza na nobreza da época dos Descobrimentos. O reconhecimento da Igreja pela ampliação das fronteiras da Cristandade traduzia-se muitas vezes em recompensas, tais como títulos, terras e alianças matrimoniais. O fim da guerra com Castela e a expulsão dos mouros da Península deixaram um vazio espiritual e material que era necessário preencher. As disputas constantes com os espanhóis, rivais imediatos dos portugueses nas Descobertas, conduzem à elaboração do Tratado de Alcáçovas (1479), em que as duas potências marítimas dividem entre si as terras desconhecidas do globo. Nessa mesma época, as caravelas lusitanas passam a ser equipadas com peças de artilharia, conforme iniciativa do príncipe D. João II, ainda em 1474. Encarregado pelo soberano de averiguar a existência e buscar o apoio do reino do Preste João (suposto oásis da Cristandade na África maometana), Pêro de Covilhã encontra no ano de 1485, em terras etíopes, uma comunidade cristã, onde permanece até o fim de seus dias. Diogo Cão, em sua segunda viagem ao longo do litoral africano (1485-1486), estende a presença portuguesa até a Serra Parada, pensando ter atingido o ponto extremo do continente. Acreditando que pouco faltava para atingir as águas asiáticas, D. João II recusa o projeto de Cristóvão Colombo de buscar um caminho até a sonhada Índia via Ocidente. Em 1487, Gonçalo Eanes e Pêro de Évora começam o reconhecimento do interior das terras africanas. Entre 1487 e 1488, Bartolomeu Dias dobra a extremidade da costa ocidental da África e alcança as águas do Oceano Índico. Paralelamente, no Atlântico Norte, entre 1492 e 1498, João Fernandes Lavrador e Pero de Barcelos chegam à Península do Labrador e à Groenlândia. Quanto a Brendano, o santo navegador irlandês do século VI, ter atingido as Ilhas Canárias e a Groenlândia em sua busca do Paraíso Terrestre, algo de verdadeiro pode haver na sua lenda. Certo mesmo é que tanto as terras canadenses quanto a Groenlândia já haviam sido visitadas pelos vikings vários séculos antes dos portugueses. Ainda em finais do século XV, esses Descobrimentos portugueses no hemisfério norte são assinalados no globo do cosmógrafo Martinho da Boêmia, então residente em terras lusitanas. Dois anos após Colombo, a serviço dos Reis Católicos, ter chegado às ilhas da América Central (muito embora o navegante genovês pensasse ter alcançado o limite oriental do império do Grande Can), Espanha e Portugal assinam o Tratado de Tordesilhas.

Dá-se nas imediações de Moçambique o primeiro contato entre os portugueses cristãos e os autóctones islamizados. Guiado pelas aparências, Vasco da Gama descrê da presença humana em tais paragens, “mas não lhe soccedeu como

cuidava”¹¹. Havia homens naquelas ilhas, e são eles que vêm ao encontro da frota lusitana, tomando a iniciativa do diálogo, em que ambas as facções se revestem de grande dignidade; o desconhecimento e a curiosidade são recíprocos:

Comendo alegremente perguntavam,
Pela arábica língua, “d’onde vinham?
Quem eram? de que terra? que buscavam?
Ou que partes do mar corrido tinham?”
Os fortes Lusitanos lhe tornavam
As discretas respostas que convinham:
“Os Portugueses somos do Occidente,
Imos buscando as terras do Oriente”.¹²

Camões entende o *outro* como um inimigo em potencial, prerrogativa consolidada já no início da epopéia.¹³ A visão camoniana fundamenta-se em pressupostos herdados da tradição ibérica medieval. Há um contraste enorme entre as descrições camonianas referentes à Ásia e as que tratam da Europa. A cosmovisão portuguesa centra-se sobre si mesma. Há uma necessidade de conhecer o passado para que seja legitimada a viagem que se realiza no presente.¹⁴ Os lusitanos de Camões vão às terras africanas e asiáticas mais para contar a sua própria história do que para ouvir o que os habitantes de tais lugares têm a dizer acerca de si e do seu mundo:

Respondeu o valeroso capitão,
Por um que a língua escura bem sabia:
“Dar-te-ei, senhor ilustre, relação
De mi, da lei, das armas que trazia.
Nem sou da terra, nem da geração
Das gentes enjoas de Turquia;
Mas sou da forte Europa belicosa:
Busco as terras da Índia tão famosa”.¹⁵

¹¹ Camões. *Os Lusíadas*, op. cit., I, 44, 8.

¹² *Idem*, I, 50, 1 a 8.

¹³ *Idem*, I, 1 a 8.

¹⁴ Cf. Jorge de Sena. *A estrutura d’Os Lusíadas e outros estudos comparativos de poesia peninsular do século XVI*, 2ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1980, p. 125.

¹⁵ *Os Lusíadas*, op. cit., I, 64, 1 a 8.

Ancorado num pretérito em que história e ficção se misturam, o discurso d'*Os Lusíadas* explica o novo a partir do já conhecido. Portugal projeta valores que são seus sobre os povos autóctones, fazendo da história portuguesa uma história universal.¹⁶ Luís de Camões considera *mouro, árabe e islâmico* termos intercambiáveis, embora seja uma relação que não se verifica nos planos étnico, lingüístico ou social. Servindo-se metaforicamente do potencial semântico relativo à cor negra, o poeta estabelece um abismo entre os seus e os outros:

Eis aparecem logo em companhia
 Uns pequenos batéis, que vem daquela
 Que mais chegada a terra parecia,
 Cortando o longo mar com larga vela:
 A gente se alvoroça, e de alegria
 Não sabe mais que olhar a causa d'ella:
 “Que gente será esta” em si deziam,
 “Que costumes, que lei, que rei teriam?” (...)
 A gente da côr era verdadeira
 Que Phaeton nas terras acendidas
 Ao mundo deu de ousado e não prudente(...).¹⁷

São negros por um castigo que é imposto aos seus ancestrais e que perdura através da descendência. Conforme a mitologia, Faetonte, conduzindo com audácia e imprudência o carro de Apolo (o sol), aproximou-se em excesso da superfície terrestre, causando o incêndio de certas regiões da África e o escurecimento da pele dos habitantes. A língua árabe, assinala o poeta, é *escura*, qualificativo ambíguo, que tanto pode adquirir conotação pejorativa (pois os falantes são negros) quanto apontar para o desconhecimento, baseado na relação biunívoca entre *ver* e *conhecer*, consagrada pela cultura europeia: o saber está para a luz assim como a ignorância está para as trevas.

As Grandes Navegações trazem ao homem ocidental uma constatação peremptória: havia na superfície do planeta outras terras além daquelas pertencentes às três grandes massas continentais que durante tantos séculos monopolizaram a atenção dos geógrafos. E o mais assombroso consistia em serem essas terras habitadas, contrariando assim o preceito mítico-teológico segundo o qual as três únicas raças originárias dos três filhos de Noé ocupariam os três únicos continentes

¹⁶ Cf. Jorge de Sena. *A estrutura d'Os Lusíadas e outros estudos comparativos de poesia peninsular do século XVI*, op. cit., pp. 84 e 102.

¹⁷ *Os Lusíadas*, op. cit., I, 45, 1 a 8; I, 46, 5 a 7.

que se supunha existir (cf. supra). Consoante o relato bíblico¹⁸, haveria uma mesma e única fonte para os quatro rios que banhavam as terras do Paraíso. Seriam eles o Fison (associado ao Ganges), o Geon (supostamente o Nilo), o Tigre e o Eufrates. Acreditava-se, na Era dos Descobrimentos, que o encontro da fonte comum anunciada no discurso bíblico indicaria o caminho para o lar de Adão e Eva. Autoridade imprescindível para os medievais e renascentistas, Santo Isidoro de Sevilha não poderia ter sido mais claro na sua descrição:

O paraíso é um lugar situado em terras orientais, cuja denominação, traduzida do grego para o latim, significa “jardim”; em língua hebraica se denomina Éden, que em nosso idioma quer dizer “delícias”. A combinação de ambos os nomes nos dá “Jardim das delícias”. Ali, com efeito, cresce todo tipo de vegetação e árvores frutíferas, inclusive a “árvore da vida”. Não existe nem frio nem calor, e sim uma temperatura constante. Do seu centro brota uma fonte que rega todo o bosque e se divide em quatro ramos que dão origem a quatro rios distintos. A entrada desse lugar foi fechada depois do pecado do homem. Por todos os lados se acha rodeado de espadas flamejantes, ou seja, está cercado por uma muralha de fogo de tal magnitude que suas chamas quase chegam ao céu. Um querubim, que é o baluarte dos anjos, com uma espada flamejante na mão, tem a incumbência de proibir o passo aos espíritos malignos: as chamas afastam os homens e os anjos bons em relação aos anjos maus, para que as portas do Paraíso permaneçam fechadas à carne e ao espírito que desobedeceu.¹⁹

Numa época em que a configuração dos mapas se modifica ao ritmo das descobertas marítimas, a própria ampliação do espaço conhecido alimenta a tendência herdada da Antigüidade e da Idade Média a buscar na superfície terrestre a confirmação geográfica do relato bíblico. Assim, o caráter exuberante da paisagem que se oferece aos navegadores portugueses após a ultrapassagem da foz do Senegal, em 1435, se torna um indício expressivo de que haviam atingido, no mínimo, um lugar encantado. Não surpreende que, dez anos após a façanha, o navegante veneziano Dinis Fernandez, então ao serviço do Infante Dom Henrique, identifique o rio Senegal com um dos ramos do Nilo, cuja fonte

¹⁸ Cf. Gn. 2, 8 a 14.

¹⁹ *Etim.*, XIV, 3, 2 a 4.

primeira se encontraria no próprio Éden. A cremos nele, a África seria uma massa continental predominantemente insular, circundada por dois afluentes do mesmo rio ao longo de uma enorme extensão territorial. Versão análoga dessa hidrografia imaginária se projeta em terras indianas, onde, segundo João de Barros, acreditava-se que o Indo e o Ganges fossem vias fluviais nascidas de uma única fonte, isolando assim a península do Decão do restante da Ásia.

Antes de Américo Vespúcio haver dito que as terras brasileiras deveriam pertencer a outro continente, a mesma idéia já havia sido expressa pelos oficiais de Cabral. E, independentemente da primazia, nem os portugueses nem Vespúcio tinham plena convicção daquilo que afirmavam ao defender que o Brasil formava parte de um mundo que não a Ásia. De que outra forma se explica a expedição portuguesa de 1503-1504, liderada por Gonzalo Coelho e que teve Américo Vespúcio como piloto, e que visava descobrir se havia uma passagem marítima para Malaca, partindo do pressuposto ptolomaico de que o Oceano Índico era um grande mar fechado e da crença errônea de que as terras do Brasil, em algum ponto, se ligavam às da Ásia?

Povo de navegantes, os lusitanos anseiam encontrar na alteridade transoceânica (seja ela asiática, africana ou sul-americana) um espelho da sua própria face. O mesmo e o outro se confundem no mundo lusitano. Os portugueses querem legitimar a sua própria realidade. Portugal descobridor é uma nação em busca de si mesma. Conseqüência do incentivo dado à navegação em terras lusitanas a partir da Baixa Idade Média, os Descobrimentos portugueses constituem um fenômeno primordialmente marítimo, situado cronologicamente entre os séculos XV e XVI. Do século XVII em diante, a pequena nação ibérica pouco expande suas fronteiras no além-mar, quando se tem por referência o avassalador processo de conquista realizado no curto período dos Descobrimentos. Portugal começara a perder a hegemonia política e econômica adquirida através do domínio da arte de navegar.

Já não pensamos hoje na Índia, na África e na América como terras em que vivem seres fabulosos, tais como eram descritos nas lendas antigas e medievais. Tampouco damos crédito às geografias imaginárias que endossavam e eram endossadas por essas mesmas crenças. Nascidos das fábulas, os Descobrimentos acabaram por desmenti-las, na medida em que apontavam para uma antropologia e uma geografia científicas, por assim dizer. A fronteira entre o mito e a ciência, que na Grécia antiga marcou o surgimento da filosofia, mostrava-se novamente na Era das Navegações. Era necessário que os caminhos se bifurcassem. A nova cosmovisão segue o rumo da ciência; as fábulas antigas passam a pertencer ao campo da literatura. Sendo a literatura o espaço próprio de manifestação do imaginário, já não cabem correções ao que disseram Brendano, Isidoro de Sevilha e tantos outros construtores de sonhos geográficos. Mesmo porque o próprio

imaginário não comporta correções; de fato, como assinala o Professor Jorge Fernandes da Silveira, de quem tomo emprestado esta frase, “não se corrigem imaginários”.²⁰

Resumo

Este artigo busca um entendimento entre as bases mitológicas e históricas que fundamentaram o evento singular dos Descobrimentos Portugueses.

Palavras-chave: literatura; história; mitologia; imaginário

Abstract

This article aims at an understanding between the mythological and historical basis which lay the foundation of the singular event of the Portuguese discoveries.

Key-words: Literature; History; Mythology; Imaginary

²⁰ *Notas de aula*, 1996.